



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, entrega e montagem de divisórias e portas, incluindo a desmontagem e remontagem das já existentes na Unidade Regional da Bahia - URBA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR MÁXIMO AC
1	1	Fornecimento com instalação de divisória Piso-Teto tipo cega total	m²	55	R\$ 694,76
	2	Fornecimento com instalação de divisória piso teto tipo misto (madeira/vidro duplo)	m²	38	R\$ 895,81
	3	Fornecimento com instalação de divisória piso-teto tipo misto (madeira/vidro duplo/abertura superior	m²	51	R\$ 703,40
	4	Fornecimento com instalação de divisória piso-teto do tipo vidro duplo total	m²	29	R\$ 1.237,61
	5	Fornecimento com instalação de porta de giro cega completa	Unid.	7	R\$ 2.225,04
	6	Desmontagem de divisória cega	m²	12	R\$ 34,91
	7	Desmontagem de divisória cega + vidro	m²	11	R\$ 34,91
	8	Desmontagem de porta folha única	Unid.	4	R\$ 56,97
	9	Montagem de divisória cega + vidro	m²	8	R\$ 34,91
	10	Montagem de porta folha única	Unid.	4	R\$ 56,97
SUB TOTAL GRUPO 1					
2	11	Fornecimento com instalação de Divisória Piso-Teto tipo cega total	m²	235	R\$ 694,76
	12	Fornecimento com instalação de porta de giro cega completa	Unid.	11	R\$ 2.225,04
SUB TOTAL GRUPO 2					
TOTAL GERAL					

- 1.2. As características pormenorizadas dos objetos estão inseridas no ANEXO "C" - DESCRIÇÕES DAS DIVISÓRIAS E PORTAS.
- 1.3. A montagem deverá ser executada conforme lay-out(s) apresentados no ANEXO "B" - LAY-OUT
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. A aquisição das divisórias e portas se justifica pela necessidade de adequar espaços cedidos pelo Banco Central do Brasil para a instalação da Unidade Regional da Bahia e da Unidade Regional de Pernambuco.
3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
- 3.1. Os bens a serem adquiridos por meio deste processo licitatório são comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita com base no menor preço ofertado.
4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
- 4.1. As divisórias e suas portas referentes ao GRUPO 1 deverão ser entregues e montadas no endereço da sede da Unidade Regional da Bahia localizada na : localizado no segundo andar e no térreo do edifício sede do Banco Central do Brasil, **Centro Administrativo da Bahia, na 1ª Avenida, 160, Centro, , CEP: 41745-001 – Salvador/BA.**
- 4.2. As divisórias e suas portas referentes ao GRUPO 2 deverão ser entregues e montadas no endereço da sede da Unidade Regional de Pernambuco localizada na : R. da Aurora, 1259, segundo pavimento - Santo Amaro, Recife - PE - CEP 90010-190.
- 4.3. O prazo de entrega e montagem das divisórias e portas, incluindo a desmontagem e remontagem das já existentes, é de até 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.
- 4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*
- 6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
7. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 7.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*
8. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
9. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
10. **DO PAGAMENTO**
- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) /365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	---------------------	--

11. **DO REAJUSTE**

- 11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
12. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 12.1. Os critérios para o estabelecimento da garantia contratual estão estabelecidos no Edital.
13. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de 6 % (seis por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 348.873,96 (trezentos e quarenta e oito mil oitocentos e setenta e três reais noventa e seis centavos).
15. **DA VISTORIA**
- 15.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações dos locais de entrega e montagem de divisórias e portas, incluindo a desmontagem e remontagem das já existentes na Unidade Regional da Bahia – URBA, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones:
- 15.1.1. GRUPO 1 - URBA – Unidade Regional da Bahia, em Salvador, (71) 3311-0304 ou (71) 98157-7525 e/ou
- 15.1.2. GRUPO 2 - URPE – Unidade Regional de Pernambuco, em Recife, (81) 3464-7200 ou (81) 99414 4630
- 15.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

- 15.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
- 15.4. A vistoria nas dependências da Sede URBA/ANTT é recomendada, tendo-se em consideração que os materiais (divisórias e portas) a serem fornecidos deverão ser compatíveis com os já existentes nesse local.
- 15.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
- 15.6. O licitante deverá emitir declaração de que conhece as condições locais para entrega e montagem do objeto e que realizou vistoria no local do evento, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros, que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na forma do “Anexo D”. Caso opte por não fazer a vistoria, deverá assinar “DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA”, conforme “Anexo D-1”.
16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 16.1. Os recursos orçamentários são os indicados no Edital.
- Brasília, 18 de novembro de 2019

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: SIOMAR CARIBÉ DE OLIVEIRA	Matrícula/SIAPE: 1671927
Cargo: Analista Administrativo	Lotação: COAFI/URBA
E-mail: siomar.oliveira@antt.gov.br	Telefone: (71) 3311-0304
Nome: MARINA VELOSO DE MELO DOS SANTOS	Matrícula/SIAPE: 1671835
Cargo: Analista Administrativo	Lotação: COAFI/URPE
E-mail: marina.santos@antt.gov.br	Telefone: (81) 3464-7200
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	Matrícula/SIAPE: 2076777
Cargo: Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços	Lotação: CPLAS/GELOG
E-mail: marcio.araujo@antt.gov.br	Telefone: (61) 3410-1028
Nome: NILTON DE MELO VIEIRA	Matrícula/SIAPE: 2073800
Cargo: Analista Administrativo	Lotação: CPLAS/GELOG
E-mail: nilton.vieira@antt.gov.br	Telefone: (61) 3410-1011
APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA GERÊNCIA	
Nome: Maria das Graças Aureliano	Matrícula/SIAPE: 0842177
APROVO este Termo de Referência	
(Assinado eletronicamente)	
MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO Gerente de Recursos Logísticos	
APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
Nome: Eduardo José Marra	Matrícula/SIAPE: 1533949
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.	
(Assinado eletronicamente)	
EDUARDO JOSÉ MARRA Superintendente de Gestão	

ANEXO A

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.
1	1	Fornecimento com entrega e instalação de divisória Piso-Teto tipo cega total	m²
	2	Fornecimento com entrega e instalação de divisória piso teto tipo misto (madeira/vidro duplo)	m²
	3	Fornecimento com entrega e instalação de divisória piso-teto tipo misto (madeira/vidro duplo/abertura superior	m²
	4	Fornecimento com entrega e instalação de divisória piso-teto do tipo vidro duplo total	m²
	5	Fornecimento com entrega e instalação de porta de giro cega completa	Unid.
	6	Desmontagem de divisória cega	m²
	7	Desmontagem de divisória cega + vidro	m²
	8	Desmontagem de porta folha única	Unid.
	9	Montagem de divisória cega + vidro	m²
	10	Montagem de porta folha única	Unid.
2	11	Fornecimento com entrega e instalação de Divisória Piso-Teto tipo cega total	m²
	12	Fornecimento com entrega e instalação de porta de giro cega completa	Unid.

ANEXO B

LAY-OUT URPE

		6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 46mm de largura e 40mm de altura, parede de 1,3mm de espessura, fixado por meio de de divisória, colunas em perfis tubulares com design arredondado permitindo composições 45 e 90°. Juntamente da proposta, o licitante Certificado emitido pela ABNT ou laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, comprovando que o produto resultado NBR15141:2008, comprovando também a atenuação acústica mínima de 35dB.
2	Divisória piso-teto tipo misto (madeira / vidro duplo)	Fornecimento e instalação de divisória piso-teto, espessura e final de 77mm (com variação máxima de 2%, devendo ser definida em do tipo misto sendo cego do piso até 1000mm em ambos os lados, a partir deste indo até o teto painel de vidro duplo total, em forma 900 mm podendo variar a altura obedecendo as elevações a serem aprovadas vide projeto. Composição dos painéis com placas inferiores niveladores, painéis confeccionados em madeira MDP revestida em laminado BP com cor a definir com 15mm de espessura, junta acústica fechamento, estrutura totalmente composta por perfis de alumínio extrudado, acabamento anodizado natural acetinado em todos os perfis. Interior dos painéis com manta de lã de Pet com desempenho térmico e acústico, produzida pela combinação de processos a partir de um processo eco sustentável, 100% reciclável e reaproveitável mesmo após instalado. Material não combustível e não propaga chama competentes, juntamente com a proposta. Densidade de 10kg/m³ e mínimo de 40mm de espessura. Na parte superior prever duplo que laminado de segurança de 6mm de espessura (3mm+PVB+3mm) faceados no painel, requadrado por sistema composto por perfis de em suas extremidades em meia esquadria em máquinas de precisão, montados nas extremidades do quadro e com saque frontal individuais niveladores, sendo este o mesmo sistema de fixação utilizado nos painéis cegos, mantendo assim uma padronização na montagem. Painel duplo, confeccionado em alumínio de 16 ou 25mm de espessura, a definir no projeto, possui trilho de aço interno galvanizado sextavado perfeito quando acionado. Prevê cabo de aço para fixação as colunas verticais das divisórias por meio de botão de giro onde o usuário para melhor fixação na parte superior do quadro. A persiana tem somente a finalidade de abrir e fechar, na função bascular, não tem totalmente automatizada em epóxi-pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), fixado por meio de parafusos auto-atarrachados. Entres as placas de painel cego e quadros de vidro, na vertical e na horizontal, haver um espaçamento de 10mm onde receberá juntas já fixadas no montante estrutural melhorando assim o isolamento acústico e para paginação vertical, quando houver, considerar um p espaçamento de 10mm entre placas. Divisória estruturada por perfis de alumínio extrudado de acabamento anodizado natural acetinado extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 44mm x 30mm de altura e parede de 1,3mm de espessura com duas cavidades painéis. Guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 1,3mm de espessura, fixado por meio de buchas na parede, com a finalidade de iniciar uma parede de divisória, colunas em perfis tubulares com 45 e 90°. Para o perfeito acabamento acústico, quando necessário, aplicar e instalar borrachas em EPDM no perímetro total dos painéis e painéis.
3	Divisória piso-teto tipo misto (madeira / vidro duplo / abertura superior)	Fornecimento e instalação de divisória piso-teto, espessura e final de 77mm (com variação máxima de 2%, devendo ser definida em do tipo misto sendo cego do piso até 1000mm em ambos os lados, a partir desta até 2100mm painel de vidro duplo total, em formato 900 mm podendo variar a altura obedecendo as elevações a serem aprovadas vide projeto e por fim uma abertura a partir de 2100mm individuais painéis com placas inferiores de saque frontal individual por grapas de nylon com niveladores, painéis confeccionados em madeira MDP revestida em laminado BP com cor a definir com 15mm de espessura, junta acústica em PVC rígido, painéis com placas duplas de fechamento, estrutura totalmente composta por perfis de alumínio extrudado, acabamento anodizado natural acetinado em todos os perfis, montante vertical perfil liso com duas cavidades. Interior dos painéis com manta de lã de Pet com desempenho térmico e acústico, produzida pela combinação de processos a partir de um processo eco sustentável, 100% reciclável e reaproveitável mesmo após instalado. Material não combustível e não propaga chama competentes, juntamente com a proposta. Densidade de 10kg/m³ e mínimo de 40mm de espessura. Na parte central prever duplo que laminado de segurança de 6mm de espessura (3mm+PVB+3mm) faceados no painel, requadrado por sistema composto por perfis de em suas extremidades em meia esquadria em máquinas de precisão, montados nas extremidades do quadro e com saque frontal individuais niveladores, sendo este o mesmo sistema de fixação utilizado nos painéis cegos, mantendo assim uma padronização na montagem. Persianas horizontais instaladas entre divisória com vidro duplo, confeccionado em alumínio de 16 ou 25mm de espessura, a definir no projeto, possui trilho de aço interno sextavado onde é fixado nos eixos centrais onde permite o giro perfeito quando acionado. Prevê cabo de aço para fixação as colunas onde o usuário faz o acionamento da persiana. Prevê presilhas em aço para melhor fixação na parte superior do quadro. A persiana tem somente a função de abrir e fechar, não tem totalmente automatizada em epóxi-pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), fixado por meio de parafusos auto-atarrachados de 4mm de espessura x 16mm de comprimento. Entres as placas de painel cego e quadros de vidro, na vertical e na horizontal, haver um espaçamento de 10mm onde receberá juntas já fixadas no montante estrutural melhorando assim o isolamento acústico e para paginação vertical, quando houver, considerar um p espaçamento de 10mm entre placas. Divisória estruturada por perfis de alumínio extrudado de acabamento anodizado natural acetinado em todos os perfis, montante vertical perfil liso com duas cavidades. Guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 1,3mm de espessura, fixado por meio de buchas na parede, com a finalidade de iniciar uma parede de divisória, colunas em perfis tubulares com 45 e 90°. Para o perfeito acabamento acústico, quando necessário, aplicar e instalar borrachas em EPDM no perímetro total dos painéis para juntas e painéis.
4	Divisória piso-teto, do tipo vidro duplo total	Fornecimento e instalação de divisória piso teto, espessura e final de 77mm (com variação máxima de 2%, devendo ser definida em do tipo Piso teto em vidro duplo total, modulações padrões de 900 mm ou 1200mm de largura proporcionando uniformidade no tamanho e altura, com espaçamento de 10 mm entre painéis com utilização de junta acústica em PVC rígido. Painéis compostos por duplo quadro de vidro encaixilhado individualmente, com vidro laminado de segurança de 6mm de espessura e junta acústica fechamento, sistema composto por perfis de alumínio de raio arredondados na parte superior, cortados em suas extremidades em meia esquadria e com saque frontal individual cuja a fixação se dá por grapas de nylon com niveladores, sendo este o mesmo sistema de fixação e padronização na montagem. Divisória estruturada por perfis de alumínio extrudado de acabamento anodizado natural acetinado em todos os perfis, montante vertical perfil liso com duas cavidades. Guia de piso, teto e conectores de parede em alumínio, extrudado com liga e tempera de 6063-T5. Secção em “U” com dimensões de 1,3mm de espessura, fixado por meio de buchas na parede, com a finalidade de iniciar uma parede de divisória, colunas em perfis tubulares com 45 e 90°. Para o perfeito acabamento acústico, quando necessário, aplicar e instalar borrachas em EPDM no perímetro total dos painéis para juntas e painéis. Juntamente da proposta, o licitante, sob pena de desclassificação, deverá apresentar Certificado emitido pela ABNT ou laudo emitido por laboratório que o produto resultado do serviço contratado atende aos requisitos prescritos nas NBR15141:2008, comprovando também a atenuação acústica mínima de 35dB.
5	Porta de giro cega completa	Fornecimento e instalação de porta de giro cega em folha única, espessura mínima de 37mm (com variação máxima de 2%, devendo ser definido em intervalo) medindo pelo batente e totalmente compatível com a divisórias piso teto, com 900mm de largura entre batentes, permitindo abertura de 820mm de largura e altura indo até o teto (sem bandeira). O conjunto prevê folha cega totalmente confeccionada com duas chapas de alumínio com espessura de 6mm de espessura, atingindo uma espessura final e maciça de 37mm para a porta. Eixo de fixação com liga e têmpera de 6063-T5 fixado por meio de parafusos no montante vertical e canaleta para fixação de perfil EPDM para vedação da porta. Perfil tipo triangular, oco, em silicone que permitirá o amortecimento do impacto e melhor isolamento sonora do conjunto da porta, item 5. Os batentes, assim como as dobradiças deverão permitir inversão de abertura de porta sem necessitar a substituição e/ ou novo layout após instalações. Para cada conjunto de porta será considerado o fornecimento de fechadura tipo alavanca referida em alumínio com anéis deslizantes em nylon e sistema de encaixe no batente, não permitindo parafusos auto-atarraxantes deixando f
6	Desmontagem de divisória cega	Desmontagem de divisória cega como as descritas no item 1 deste TR

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Pela presente declaramos conhecer e compreender por inteiro o teor do PREGÃO ELETRÔNICO nº /201 , cujo objeto é a aquisição, entrega e montagem de divisórias e portas, incluindo a desmontagem e remontagem das já existentes

Declaramos ter visitado o local onde deverão ser entregues e instalados os itens do objeto em companhia do representante da ANTT, com o intuito de verificar a compatibilidade do material ofertado com o existente (no caso dos itens da URBA), ou para verificar as condições do edifício em que serão instalados os itens do objeto (no caso dos itens da URPE).

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Tel: _____

Endereço: _____

Nome do Representante: _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

Representante da Empresa

Declaro que o Representante da empresa acima identificada visitou os locais de instalação dos serviços.

, de de 201

Representante da ANTT

ANEXO D - 1

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Pela presente declaramos optar por não realizar vistoria no local onde deverão ser entregues e instaladas as divisórias referentes ao Pregão Eletrônico nº /201 , cujo objeto é a aquisição, entrega e montagem de divisórias e portas, incluindo a desmontagem e remontagem das já existentes, que temos pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do trabalho, assumimos total responsabilidade por este fato e não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Tel: _____

Endereço: _____

Nome do Representante: _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

, de _____ de 201

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 18/11/2019, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NILTON DE MELO VIEIRA, ANALISTA ADMINISTRATIVO**, em 18/11/2019, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA VELOSO DE MELO DOS SANTOS, Coordenador(a)**, em 18/11/2019, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIOMAR CARIBÉ DE OLIVEIRA, ANALISTA ADMINISTRATIVO**, em 18/11/2019, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO, Gerente**, em 19/11/2019, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 19/11/2019, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1965277** e o código CRC **24996600**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Outubro/2019

Referência: Processo nº 50500.385916/2019-84

SEI nº 1736618